

Trajatórias, construções e percursos emancipatórios de mulheres na Guiné-Bissau: narrativas da luta de libertação

O contexto histórico guineense e a produção sobre mulheres

A construção do Estado nacional na Guiné-Bissau insere-se no contexto da luta anticolonial dos países africanos no período pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente a luta contra o colonialismo português desenvolvida entre finais dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1970 (Lopes, 1989; Mendy, 2011). Tal processo, que contou com o inquestionável contributo das mulheres (da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), foi marcado por uma luta armada extremamente violenta e de longa duração (11 anos).

Neste sentido, a luta de libertação da Guiné-Bissau tem suscitado, desde pelo menos meados da década de 1970, um interesse crescente por parte de alguns eminentes estudiosos, seja pelo seu projeto revolucionário ou pela sua proposta ideológica, seja ainda pelo modelo de luta “dois países, um partido” para a conquista da libertação nacional. A amplitude dos esforços e a capacidade organizativa demonstrada pelo centro nevrálgico desse processo, o Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), e a profundidade da análise crítica desenvolvida pelo seu ideólogo e teórico, Amílcar Cabral¹, ganham evidência quando se examina o desenvolvimento da luta de libertação que começou com “um primeiro núcleo de dirigentes, numericamente reduzido”, evoluindo progressivamente para um “ordenamento de forças sociais em rutura com a ordem antiga em que estavam inseridas” (Andrade, 1976).

Nos seus textos publicados postumamente na obra *Unidade e luta*, Amílcar Cabral produziu reflexões e análises relevantes seja em relação à realidade social e económica da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, seja em relação à luta armada de libertação. Referindo-se especificamente ao contexto guineense, Cabral apontou para a necessidade de uma dupla desconstrução do discurso colonial, política e económica, bem como para a necessidade da construção de uma competência endógena

¹ Sobre a biografia de Amílcar Lopes Cabral veja-se: Sousa, J. S. (2011). *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e obra de um revolucionário africano* (1.ª ed). Lisboa: Nova Vega, em especial o cap. II, secção 4- A luta legal e a consciencialização dos guineenses), pp. 164-192; Oramas, O. (2014). *Amílcar Cabral. Para além do seu tempo*. Praia: Edições Unicv, em especial o cap. 3- Primeiras tentativas da gesta libertadora. Fundação do PAIGC, pp.61-79.

capaz de romper com os modelos epistemológicos e com as relações de produção de conhecimento preexistentes. Do ponto de vista metodológico, a sua abordagem assentou na apreensão das práticas quotidianas e na necessidade da construção de uma metodologia alternativa que rejeitasse abordagens essencialistas. Foi nesse sentido que afirmou que por mais que as nossas ideias sejam boas, elas serão inúteis se não refletirem as necessidades do que vivenciamos (Davidson, 2008). A propósito, escreveu textualmente (Cabral, 1976: 130):

(...) uma coisa muito importante numa luta de libertação nacional é que aqueles que dirigem a luta nunca devem confundir aquilo que têm na cabeça com a realidade. Pelo contrário, quem dirige uma luta de libertação nacional deve ter muitas coisas na cabeça, cada dia mais, tanto a partir da própria realidade da sua terra, como da realidade doutras terras, mas ele deve medir, fazer planos, respeitando a realidade e não aquilo que tem na cabeça (...) o facto de não respeitar tem criado muitos problemas na luta de libertação dos povos, principalmente em África”.

É o que o sociólogo moçambicano Elísio Macamo (2016), na sua reflexão sobre questões metodológicas na condução de uma pesquisa académica, chama “observação e análise”, isto é, procurar apurar se a ideia que se tem da realidade coincide com o que acontece no terreno que se estuda. Por outras palavras e como refere o autor, trata-se de “recuperar o mundo através de conceitos”.

Relativamente à produção teórico-científica sobre o tema da participação política e social das mulheres guineenses no contexto da luta de independência, é de realçar a evidente escassez em termos globais. Dos poucos estudos realizados, merece destaque a obra de Stephanie Urdang (1979) sobre a dupla condição de subalternidade e opressão das mulheres. O estudo de Urdang pode ser considerado pioneiro no universo dos trabalhos académicos sobre a Guiné-Bissau do período pós-independência e contribuiu significativamente para o conhecimento da condição das mulheres guineenses, sobretudo a nível internacional. O estudo resultou da recolha de dados no terreno e de uma pesquisa fundamental realizadas pela autora entre 1971 e 1972 nas “zonas libertadas”, trazendo, pela primeira vez, testemunhos diretos de mulheres sobre questões ligadas à violência da guerra e um discurso sobre as ações empreendidas pelo movimento feminista em defesa da condição das mulheres pertencentes ao “Terceiro Mundo”. Neste sentido, seria útil promover novas reflexões e novas pesquisas críticas sobre o tema da violência perpetrada contra mulheres no contexto da luta armada, à luz de novos dados e do novo contexto guineense e global.

Algumas pesquisas desenvolvidas por guineenses têm alertado para a necessidade de revisão da história da construção nacional. É o caso do estudo de Patrícia Godinho Gomes (2015), que propor preliminarmente uma abordagem sobre o estado da arte dos estudos de género na Guiné-Bissau. Neste estudo, a autora procura reconstruir a trajetória de participação das mulheres na luta de

libertação nacional e no período posterior à independência. Entre os vários aspetos analisados relativamente ao período da luta de libertação nacional, destacam-se os discursos produzidos pela narrativa oficial e as práticas. De acordo com a perspetiva da autora, a história da participação das mulheres na luta de libertação foi fundamentalmente narrada por homens “do Partido”, romantizada e transmitida de forma linear, não mostrando as complexidades e as tensões inerentes ao processo (Godinho Gomes, 2015: 116):

Não obstante os importantes resultados conseguidos durante a libertação, o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido formalmente “libertadas” das garras do colonialismo significou automaticamente a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situações em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal, verificavam-se situações de discriminação com base no género (...).

Neste esforço de produção historiográfica, é fundamental realçar o papel primordial que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (I.N.E.P.) tem desempenhado, desde a independência, na salvaguarda da memória coletiva das mulheres guineenses. É o caso de um importante projeto iniciado em 1987, sobre a recolha de depoimentos de mulheres e de histórias de vida².

Nos últimos anos têm surgido algumas abordagens críticas de interesse sobre a participação das mulheres guineenses na luta de libertação³. Tais perspetivas têm oferecido leituras e análises a partir dos contextos locais e com base em estudos empíricos, mostrando, contemporaneamente, avanços significativos em termos de abordagens metodológicas. Os debates sobre os desafios da construção nacional na Guiné-Bissau e a agenda de género definida pela liderança revolucionária e os vieses socioculturais e de género que caracterizaram a elite dirigente do PAIGC são amplamente discutidos por Ly (2014, 2015), assim como as tensões e os conflitos internos ao movimento de libertação e o seu impacto na estruturação do movimento de mulheres e na efetivação de programas com base no género. Um aspeto transversal aos textos citados diz respeito às escolhas metodológicas centradas na recolha de testemunhos e de histórias de vida de protagonistas da construção do Estado independente da Guiné-Bissau, assim como num esforço analítico em termos de releitura de questões teóricas e conceituais.

Perspetivas africanas descoloniais, visões críticas de género e as “outras vozes” da luta de libertação da Guiné-Bissau

² O projeto foi interrompido por via da guerra civil de 1998-99 que causou danos materiais e imateriais irreparáveis ao INEP, não tendo sido ainda retomado.

³ Ly (2014, 2015); Fernandes (2016); Godinho Gomes (2015, 2016, 2017).

A perspectiva metodológica que orientou a atual pesquisa teve como fundamento a história oral. Nestes termos, e como sugerem Paul Thompson (1992) e Théodore Nicouer Gaybor (2011), a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança e depende, particularmente, do espírito com o qual é utilizada. Neste caso, com o recurso à história oral procurou-se, essencialmente, compreender em que medida a construção de uma narrativa histórica a partir das trajetórias das mulheres guineenses no contexto da luta de independência pode ajudar a preencher lacunas historiográficas e dialogar com perspectivas de género descoloniais. De um modo geral, os conteúdos das narrativas apontaram para três questões fundamentais: o protagonismo das mulheres na luta de libertação a todos os níveis, a invisibilização das suas perspectivas na narrativa oficial da história da libertação e o não-reconhecimento social do seu papel. Neste sentido, os testemunhos recolhidos por meio de entrevistas⁴ podem ter um grande potencial transformador, tanto em termos do conteúdo quanto da sua própria finalidade, na medida em que poderão surgir novas pistas de leitura, seja em termos do protagonismo feminino nas esferas de poder nas “zonas libertadas”, seja em termos da reconfiguração das relações de género no contexto da luta armada. Novas perspectivas da história podem proporcionar a mudança do enfoque e revelar novos campos de pesquisa. Ou ainda, podem devolver às pessoas que vivenciaram um determinado período histórico um lugar central mediante as narrativas desses indivíduos.

Nos seus estudos, Oyeronké Oyéwùmí (1997; 2005) demonstrou que o problema de género nos estudos africanos é, acima de tudo, um problema epistemológico, destacando como um dos principais fatores o facto de o conceito ser, na sua origem, constituição e expressão, alicerçado na cultura ocidental⁵. Um dos principais limites da conceptualização do “género” quando se analisam

⁴ O estudo empírico foi realizado na Guiné-Bissau durante o ano de 2017. Foram realizadas 26 entrevistas a mulheres e homens antigas(os) combatentes e grupos focais. O estudo empírico será publicado de forma mais exaustiva nos resultados finais de uma pesquisa em curso, parte de um mais amplo estudo de uma Rede de Pesquisa Comparativa-RPC financiada pelo CODESRIA em 2016, cujo objetivo principal é o de analisar, numa perspectiva comparada, discursos, práticas e perceções de mulheres sobre a emancipação na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Moçambique e procurar, paralelamente, compreender como esses discursos e práticas terão impactado a vida das mulheres e das suas comunidades de uma forma geral.

⁵ Na mesma linha da socióloga nigeriana, outras(os) autores africanos têm discutido os limites conceituais, teóricos e epistemológicos das formulações de género. Entre elas(es): Amadiume, I. (1987). *Male daughters, female husbands: gender and sex in an African society*. London: Zed Books; Zeleza, P. T. (2005). *Gender biases in African historiography*. In O. Oyéwùmí, *African gender studies: a reader* (pp. 207-232). Hampshire: Palgrave Macmillan; Kolawole, M. M. (2004). *Re-conceptualizing African gender theory: feminism, womanism and the Arere metaphor*. In S. Arnfred (Ed.), *Re-thinking sexualities in Africa* (pp. 251-266). Sweden: Almqvist and Wiksell Tryckeri AB; Njambi, W. N. & O'Brien, W. E. (2005). *Revisiting 'Woman-woman marriage': Notes on Gikuyu women*. In O. Oyéwùmí, *African gender studies: a reader* (pp. 145-165). Hampshire: Palgrave Macmillan; Casimiro, I. M. (1986). *Transformações nas relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74*. Tese de licenciatura em História, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Por não ser possível incluir as diversas perspectivas, optei pela que melhor se enquadra nesta minha discussão. Uma reflexão mais articulada fará parte da publicação final do capítulo no referido projeto.

contextos africanos, afirma a autora, diz respeito à definição de “família nuclear” (unidade familiar centrada na esposa subordinada, no esposo patriarca e nos filhos), base das formulações teóricas desenvolvidas no mundo ocidental, onde não há lugar para outros adultos, e que não se adequa a muitas das realidades africanas. Várias entrevistas conduzidas na Guiné-Bissau apontam para modelos familiares e relações sociais e de género que corroboram a posição de Oyéwumí, ao mesmo tempo que possibilitam uma construção narrativa que rompe com a perspectiva essencialmente romantizada da participação das mulheres na libertação nacional e nas suas relações no casamento, em tese, “subordinadas”.

Brinsan Nanssetche⁶ narra a sua trajetória como militante do PAIGC. Diz ter sido “levada” ainda criança para estudar na Escola Piloto de Conacri e conta como a figura de Amílcar Cabral a impactou. Na sua perspectiva, emancipação significava naquele contexto, antes de mais, lutar pela libertação da pátria. E militantes eram todos, inclusive crianças pioneiras. No seu testemunho, afirmou:

Eu era uma criança, não compreendia grande coisa. O Fokna, um combatente que enviava tropas para as frentes de combate apareceu aqui. Pediu à minha família para me levar e assim foi. Fomos pelo caminho de Cadi. Foi na época da colheita do arroz. Ficámos numa *baraca*⁷ dita central. Em seguida fomos para Kaname e depois passamos para Quetafine. Daí passamos para Boké. Nesse dia havia muita água e para atravessar o rio foi um problema porque eu era uma criança e tiveram que me levar ao colo. Nessa altura a Nharbate Ntchasso também veio connosco (conhece a Nharbate de que tanto falamos e que foi nossa ministra?). O pai dela deu-nos leite para levarmos na viagem. Nesse dia não dormimos. Chegámos a Candjafra, depois Boké e de lá a Guiné-Conacri. Levaram-nos para o Lar.

Brinsan relata ter tido dificuldades na escola por via da aprendizagem em língua portuguesa, que não era a sua língua materna mas a utilizada na escola. Por essa razão reprovou mais do que dois anos na mesma classe, facto que a obrigou a abandonar Conacri e a regressar para as zonas libertadas. Referiu a este propósito:

(...) tive alguma dificuldade, não consegui me adaptar bem e acabei por reprovar o ano. Isto em 1962 se não me falha a memória. Acabei por regressar à Guiné-Bissau em 1966 e fui levada para Banta (sul) e fiquei lá no hospital de Kafu. Fiquei lá por uns tempos. Cozinhámos, íamos buscar lenha e assistíamos aos guerrilheiros. Depois vim aqui para a minha tabanca (Cabuchanque). O nosso mais velho estava aqui. Ele era também combatente.

Sobre a sua decisão de separar-se de seu primeiro marido, referiu que o fez por não conseguir ter filhos e por considerar não merecer um tratamento digno:

(...) as mulheres podem tomar essa decisão. Já viu o que é ficar num casamento em que não se pode ter

⁶ Brinsan Nanssetche é camponesa de uma comunidade do Sul da Guiné-Bissau, a vila de Cabuchanque (Setor de Bedanda). Nasceu em finais dos anos 1950, mas não sabe bem em que ano. Tem estatuto de Combatente da Liberdade da Pátria.

⁷ Baraca é o nome atribuído às construções de palha onde os guerrilheiros se refugiavam durante os ataques das forças coloniais portuguesas e onde acolhiam os mais jovens e lhes davam formação militar.

filhos? Se tivesse tido filhos não teria certamente abandonado o marido, teria ficado com ele. Mesmo os pais dele, que estavam em Quebu (sul), também não me tratavam muito bem. A mãe quase que não me cumprimentava. Para mim não estávamos casados. Ele tinha ido estudar fora, conseguiu uma bolsa de estudos e foi para Cuba. Eu fiquei grávida e quando regressou eu tinha dado à luz um rapaz que acabou por morrer. Ele nem sequer me perguntou o que tinha acontecido, como a criança tinha morrido. Não disse nada. Então, isso não era um casamento!

Mamae Barbosa⁸, médica e antiga combatente, explica como foi a sua experiência nos anos da luta armada. Narra das dificuldades, desde a infância, por via da vida “itinerante” a que era obrigada, juntamente com a família. No interior do sul da Guiné, os combates eram intensos e muitas vezes as famílias eram obrigadas a buscar refúgio em zonas mais protegidas, o que tinha sérias implicações no aproveitamento escolar das crianças. No seu relato fica claro que seu pai tinha várias esposas e que ela é a primeira filha de sua mãe, confirmando a formulação teórica da socióloga nigeriana Oyéwùmí quando rejeita a possibilidade de aplicar em contextos africanos o modelo de família nuclear e, por conseguinte, da conceção de género de tipo ocidental. Refere no seu depoimento:

Sou a primeira filha da minha mãe. Por volta dos 4, 5 anos de idade a minha mãe levou-me para casa dos meus avós, foi no início da luta, portanto em 1962-63. Por volta de 1965-66 comecei a entender que havia guerra. A minha avó carregava-me às vezes às costas durante os bombardeamentos. Foi na nossa tabanca que comecei a escola, na tabanca de Ganafa, perto da nossa. Era lá que se aprendia o “abc”. E quando os ataques se tornaram mais intensos, já em 1966 e depois, levavam-nos para o mato e quando os ataques terminavam voltávamos à escola (...).O meu pai tinha quatro mulheres e quando a situação se complicou por lá fugiu com toda a família: levou a minha mãe, as outras esposas e todos os filhos para a tabanca onde eu vivia com a minha avó. Os meus irmãos acabaram por ficar lá e iam comigo à escola. Por vezes havia resistência em permitir as meninas de frequentar a escola, mas aos poucos foi-se superando.

Por outro lado, é recorrente nas narrativas dos entrevistados o facto de não terem ido para a luta, mas de ter sido a luta a tê-los ido encontrar onde viviam. Por outras palavras, a maioria dos indivíduos, sendo do meio rural e não das cidades, conheceu a luta armada estando dentro das próprias comunidades. Sobre esta questão, é interessante o testemunho de Ana Maria Gomes Soares⁹:

Eu não nasci na cidade para depois ser levada para as matas onde a luta se desenvolveu. A luta de libertação é que me foi encontrar no lugar onde nasci (...). No início da luta era perigoso...eu conheci a palavra do PAIGC através da minha mãe (...). A minha mãe cozinhava mas nunca me disse a quem era destinada essa comida. Dizia que era para os camponeses. Sabe, essa época era muito perigosa. Uma criança que não tinha noção poderia facilmente falar que havia guerrilheiros a lutar contra o regime colonial, porque os portugueses faziam erupção de vez em quando para controlar e obter informações sobre possíveis “terroristas”, como eram chamados os nacionalistas. Isto passou-se antes ainda da luta armada ter iniciado, em 1961. Estava-se na fase da mobilização. Os pais mobilizavam os filhos (...).

Sobre a mesma questão, Nena Na Fona¹⁰ referiu que:

⁸ Mamae Barbosa nasceu em 1958, na ilha de Bolama, sul da Guiné-Bissau. Frequentou a Escola Piloto do PAIGC em Conacri e estudou medicina na Roménia. Especializou-se em medicina interna, possui mestrado em Saúde Pública e pós-graduação em medicina tropical pelo Instituto de Medicina Tropical de Lisboa. Entrevista concedida à autora, Bissau, 26/04/2017.

⁹ Ana Maria Gomes Soares nasceu em 1951, Cubucaré (nome dado já na luta), sul da Guiné, que anteriormente tinha o nome de Caolac. É filha de camponês da etnia Mandjaco do centro norte do país que, nos anos da luta armada, tinha migrado para o sul em busca de melhores condições de vida. Entrevista concedida à autora em Bissau, 23/04/2017.

Nasci em 1963 [ano em que iniciaram as ações armadas no sul da Guiné-Bissau], no setor de Tite, região de Quinara (sul do país), na *tabanca* de Foia. Tinha havido na época um grande bombardeamento. Fui então levada para uma aldeia vizinha, Gandua Porto, entregue a uma tia (...) Os mais velhos, quando ouviram que os guerrilheiros tinham atacado a aldeia, fugiram connosco [crianças] e levaram-nos para a base onde estava o Malan Sanha, numa *baraca* que ele tinha em Gandiabel. Fomos entregues e aí havia uma professora que nos ensina a ler e a escrever (...).

A propósito do desempenho político das mulheres guineenses, referiu que houve uma contribuição importante, seja porque as mulheres estavam de facto engajadas (e eram elas que muitas vezes mobilizavam maridos e filhos) seja porque procuravam uma constante negociação a nível do poder político. Sobre as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte afirmou:

Na primeira legislatura da ANP (1973-1976), fui escolhida (lá no mato) como deputada mas acabei por não entrar porque estava grávida e não foi possível. Foi por essa razão que acabei por não assistir à proclamação do Estado em Madina de Boé (sul do país). Fui até Boké mas não segui... houve um acidente e vários deputados tinham morrido no caminho (...) O Partido propunha as pessoas para serem deputados pelas diversas regiões, com o conhecimento das populações. Quando saímos do mato ainda cheguei a ser responsável político do Setor de Nhacra e conselheira no Setor Autónomo de Bissau-SAB. Depois o Partido colocou-me como Comissária Política no Hospital Simão Mendes. Isso em 1974. Eu cheguei a Bissau em Junho de 1973 (...).

Diversas mulheres, tal como Ana Maria Gomes Soares, participaram ativamente na organização da primeira assembleia constituinte guineense. Foram os casos de Teodora Inácia Gomes, de Francisca Pereira e de Carmen Pereira, todas elas destacadas militantes do movimento de libertação¹¹.

Segundo os testemunhos das mulheres entrevistadas no âmbito do grupo focal “Antigas Alunas da Escola Piloto”¹², ser militante e mulher militante era muito mais do que combater no mato. De acordo com Lissa Na Fayoie¹³,

Na Escola Piloto, Cabral mostrava-nos o que era fazer a luta, a luta política, a luta militar, a luta económica. A luta, dizia ele, não era apenas expulsar os colonialistas da nossa terra, era preparar os nossos próprios irmãos para tomar conta da terra. Para nós ser militante (e ser mulher militante e combatente) não era só pegar em armas, embora tenha havido mulheres guerrilheiras que tiveram papel importante como a Titina Sila e a Tchadi Sambu. Ser militante e combatente era acreditar nas palavras de ordem do Partido e agir de acordo com elas em todos os sentidos. Eu, por exemplo, só tive o cartão de militante do PAIGC quando entrei para a Rádio Libertação, em 1972, ainda antes da morte de Cabral.

¹⁰ Nena Na Fona é médica especialista em medicina interna. Trabalha no Hospital Simão Mendes de Bissau. Entrevista concedida à autora em Bissau, 20/04/2017.

¹¹ Em outro trabalho de pesquisa sobre a trajetória de Teodora Inácia Gomes na luta de libertação constata-se, através do seu testemunho e de documentos, que as mulheres tiveram uma parte importante em todo o processo político (incluindo a organização das eleições da primeira ANP) de criação do estado independente da Guiné-Bissau (para aprofundamento veja-se Gomes, 2016: 71-96).

¹² O grupo focal foi constituído na cidade de Bissau, em 27/04/2017. Dele fizeram parte cinco antigas combatentes: Lissa Na Fayoie, Biloni Nhamana Tamba Nhassé, Nena Na Fona (dinamizadora do grupo), Nhaga Cassama e Maria Isabel Mané.

¹³ Lissa Na Fayoie nasceu em Cubucaré (sul da Guiné-Bissau), em 1955. Lissa é militante do PAIGC, antiga combatente e antiga aluna da Escola Piloto de Conacri. Atualmente aposentada. Entrevista à autora no âmbito do grupo focal “Antigas alunas da Escola Piloto”, em Bissau, 27/04/2017.

Tal como Lissa Na Fayoie, Maria Isabel Mané¹⁴ afirma que ser militante era:

(...) trabalhar para a libertação da Guiné. Era de certo modo ser combatente, pois para seres Combatente da Liberdade da Pátria tinham que ser, antes de mais, militante (...). As pessoas entendiam que só quem tivesse combatido tinha o direito de ser considerado militante, mas na verdade militantes eram todos: os combatentes em armas, os enfermeiros, os professores, os cozinheiros, etc. Isso é o que Cabral nos dizia (...).

Ainda relativamente ao conceito de militante, Biloni Nhamana Tamba Nhassé¹⁵ referiu que “havia aquela expressão de que nem todos eram do Partido e, portanto, nem todos eram militantes. Bom, para ser militante era preciso ter uma boa conduta, ser-se brilhante (se eram alunos). Os alunos militantes da Escola Piloto eram bons alunos, destacavam-se. Portanto, militantes eram todos os que se tinham engajado na luta”.

Sobre o conceito de militante/mulher militante, a reflexão de Maria Isabel Mané parece-me particularmente interessante. Diz a propósito que:

O que o Partido entendia por militante você pode ler em vários documentos elaborados por Amílcar Cabral. Outra coisa é o que nós entendíamos por militante. Eu cheguei ainda criança na Escola Piloto, em 1965/66, onde me formei como militante do Partido. Fui pioneira juntamente com o Marcelino Vaz, Joaquina da Cunha e o Dr. Mário Mendes (que estudou em Cuba e morreu aqui em Bissau). Éramos crianças, portanto não tínhamos uma perceção clara do que era ser efetivamente militante. Sabíamos que devíamos estudar, ser dedicadas à causa da libertação e responsáveis. Mas não tínhamos a perceção da verdadeira dimensão do que era ser militante.

De uma forma geral, foi possível constatar na opinião dos demais entrevistados a mesma ideia de militante e/ou mulher militante. Porém, as palavras de Isabel Mané abrem novas possibilidades de reflexão relativamente à compreensão que se tem do conceito de militante e de mulher militante.

Um outro aspeto que importa evidenciar nesta breve análise diz respeito às tensões inerentes ao processo da luta de libertação e às eventuais contradições. Os conflitos não se verificaram apenas em relação a indivíduos que, por várias razões, se afastaram do PAIGC. Houve, no seio do movimento das mulheres e da sua organização de referência, a União Democrática das Mulheres, tensões internas que terão conduzido, em alguns casos, ao silêncio e/ou silenciamento de várias mulheres. A este propósito são interessantes algumas opiniões, seja em relação à invisibilização de mulheres que participaram ativamente na luta de libertação, seja em relação às tensões internas que têm caracterizado as relações entre as mulheres militantes do PAIGC. Ana Maria Gomes Soares, sobre a questão das mulheres “invisíveis” da história da libertação afirmou:

¹⁴ Maria Isabel Mané nasceu na aldeia de Bontche, no sul da Guiné-Bissau, em 1953. Foi mobilizada por familiares. Tal como outras mulheres antigas combatentes, afirma que a luta foi “ter com ela” na sua aldeia. Entrevista realizada em Bissau, em 27/04/2017.

¹⁵ Biloni Nhamana Tamba Nhassé nasceu em Bambadinca (norte de Bissau), em 1963. A sua família foi obrigada a emigrar para Buba, sul do país, por motivos de guerra. Biloni é militante do PAIGC, antiga combatente e atual secretária geral da UDEMU (União Democrática das Mulheres Guineenses), a organização feminina do PAIGC.

Gostaria agora de dizer que em relação às mulheres na luta, há aquelas que nunca são mencionadas, entre as quais as primeiras mulheres que o Amílcar Cabral enviou à China, como a Nhima Dabo, a Carlota Sanca, a Aua Cassama (a senhora que foi assassinada em Boké ainda antes da morte de Cabral possivelmente por discordar de alguns aspetos de como estava sendo conduzido o processo...ou talvez porque sabia de algo relacionado com um possível complot para eliminar Cabral). Portanto, que eu saiba, essas foram as três primeiras mulheres que foram estudar fora da Guiné. Mas há outras: por exemplo a Paulina Cassamá, a Tambura Na Canté, a Tchadi, a Sugunda Na N’Kabna (miliciana muito destacada), a Maria Osvaldo. Éramos várias no Norte. Essas eu conhecia. A Matilde, esposa do André Pedro Gomes. Quer dizer, tínhamos mulheres destacadas e é importante conhecerem-se essas figuras e saber o que fizeram e, talvez um dia, homenageá-las com nomes de ruas ou praças. E para que os nossos jovens saibam quem foram elas e o que fizeram. Por exemplo a Isabel Leal de qual lhe falei, foi uma senhora importante na luta mas a maior parte das pessoas não a conhece e nem sabe o que ela fez.

A quase totalidade das mulheres mencionadas não faz parte da narrativa oficial da independência. Impõe-se, neste sentido, um trabalho aprofundado e sistemático de resgate de memórias e de (re)escrita das histórias de mulheres. Paralelamente, sobre as tensões no seio do movimento de mulheres, são interessantes os depoimentos de Ana Maria Gomes Soares, de Nena Na Fona e de Brinsan Nassentche.

Ana Maria Gomes Soares referiu:

Vejo-a [UDEMU] como uma organização de mulheres na qual Cabral pensou logo no início da luta armada. Ele [Cabral] pensava que as mulheres deveriam emancipar-se mas de forma organizada. Cabral dedicava-se muito às mulheres e defendia os seus direitos. Ele era contra os camaradas que engravidavam as mulheres para depois as abandonar. Combateu muito esse aspeto. As pessoas casavam-se na luta, com aliança e tudo! Cabral fazia questão que as mulheres fossem respeitadas, sempre. Mas essa organização não evoluiu, em minha opinião (...). Sabe, os Mandingas dizem “se tens uma carga e vires que consegues carregá-la, então põe na tua cabeça e leva, mas se vires uma carga que sabes que não podes carregar, perceberás simplesmente olhando para ela, deixa-a onde a encontraste”. Há que pôr as pessoas capazes à frente das instituições e organizações. Por exemplo, essa Plataforma Política das Mulheres recentemente criada¹⁶. As pessoas da minha geração fizeram a sua parte, agora só poderemos observar e, talvez, aconselhar os que lá estão para que não cometam asneiras. As mulheres precisam de uma união mas com gente esclarecida (...). Esse é o meu pensamento e essa deveria ser a postura dentro do PAIGC e da própria UDEMU (...).

A propósito do seu desempenho na luta como enfermeira e da memória do “esquecimento”, Nena Na Fona afirmou:

Há uma coisa que ainda não disse e que poderá guardar na sua memória. Durante a guerra, éramos nós enfermeiras que lavávamos as ligaduras cheias de sangue. Não se cortavam, eram desmanchadas e colocadas em grandes recipientes com água a ferver e sabão desinfetante. Foi aí que aprendi a usar o sabão preto. Esse sabão era cortado e misturado com água a ferver e se transformava numa espécie de papa. Nesse preparado eram emergidas as ligaduras e com um pau comprido mexíamos dentro daquela água. Depois deixávamos arrefecer e em seguida lavávamos as ligaduras à mão e estendíamos. E quando estivessem secas tínhamos que as levar para casa e dobrar cada uma, porque eram pedaços muito compridos. E depois passávamos a ferro essas ligaduras. Aquilo que passámos só Deus sabe! E ninguém hoje se lembra de tudo o que fizemos e dos nossos sacrifícios! Penso que não haverá mais geração nenhuma que fará o que nós fizemos, mesmo que haja uma outra guerra na Guiné! Penso que nenhuma senhora faria hoje o que nós fizemos no passado!

Enfim, sobre a questão da desilusão em relação às “promessas não cumpridas” do PAIGC e das expectativas não correspondidas, Brinsan Nanssetche afirmou:

¹⁶ A Plataforma Política das Mulheres foi criada em 2008 sob os auspícios das Nações Unidas. Reúne mulheres de todos os quadrantes políticos guineenses e da sociedade civil e tem como objetivo principal contribuir de forma positiva para o empoderamento político das mulheres guineenses. No panorama político interno da Guiné-Bissau é considerada um importante instrumento de *lobby*.

Nada fizeram por mim (as mulheres do partido). Pelo menos falo pela minha experiência (...). Olham para mim como se não me conhecessem. O Partido que Cabral criou era bem diferente deste partido que vemos hoje. Não tem nada a ver! Aquele era um partido que se preocupava com as pessoas, com a condição de vida dos guineenses, com os problemas das pessoas. Interessava-se pelas pessoas. Esse partido que vemos hoje não olha pelas pessoas, não se interessa. Não nos chamam para participar nas tomadas de decisão. Nem sequer nos conhecem (...).

Ao fim deste breve exercício reflexivo em torno da questão emancipatória da luta de independência a partir de perspectivas femininas, muitas são as questões que emergem, todas confluentes na evidente disputa pela memória e na luta por um lugar dignificante na história da luta de libertação.

Como discuti em um texto recentemente publicado (Godinho Gomes, 2018: 4-9), a dificuldade analítica de enfrentar este tema advém, por um lado, da “(...) complexidade da luta de libertação da Guiné-Bissau e a visão das mulheres e, por outro lado, [da] dificuldade inerente à abordagem do tema tendo em conta a existência de uma escassa literatura específica e a natureza extremamente contemporânea do argumento (...)” (Godinho Gomes, 2018: 5). Certamente a análise da temática requer aprofundamento, reflexão e capacidade de articulação de fontes. No entanto, tal como emergiu nas narrativas apresentadas, são inúmeras as mulheres guineenses que participaram na luta de independência, mas cujas histórias e trajetórias permanecem largamente desconhecidas, sobretudo, entre as mais jovens gerações. Os conteúdos aqui apresentados poderão suscitar outros questionamentos e, eventualmente, como referi (Godinho Gomes, 2018: 8),

“favorecer o emergir de outras áreas de pesquisa e mudar o próprio enfoque da história. No caso específico do meu estudo, os dados do terreno apontam para uma verdadeira disputa pela memória, em que pessoas (especificamente mulheres), a partir da força da palavra e narrando as suas experiências individuais e/ou coletivas, esperam adquirir centralidade na história da construção nacional deste país (...)”.

Bibliografia

Andrade, M. (1976). *A arma da teoria. Unidade e luta (vol. I)*. Lisboa: Seara Nova.

Cabral, A. (1976). Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”. In M. Andrade (Coord.), *Obras escolhidas de Amílcar Cabral, Vol. I - A arma da teoria* (pp.131-146). Lisboa: Seara Nova.

Davidson, B. (2008). Introduction. In Cabral, A. *Unity and struggle. Speeches and writings*. Pretoria: University of South Africa.

Godinho Gomes, P. (2015). O estado da arte dos estudos de género na Guiné-Bissau. Uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol.12, n.º 19, pp.168-189.

Godinho Gomes, P. (2016). A mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *Africa Development*, vol. XLI, n.º 3, pp.71-95

Godinho Gomes, P. (2018). Revisitando a luta de libertação na Guiné-Bissau: que emancipação para as mulheres? *Revista Semana da África na UFRGS*, Tema: “Gênero e participação feminina”, vol. 5, n.º 1, Maio 2017, pp.4-9

Lopes, C. (1989). O papel da pesquisa no processo de desenvolvimento. In D. L. Handem & D. F. Silva (Orgs.), *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000* (pp.329-349). Bissau: INEP.

Ly, A. (2014). Promise and betrayal. Women fighters and national liberation in Guinea-Bissau. *Feminist Africa*, n.º 19, pp.24-42.

Ly, A. (2015) Revisiting the Guinea-Bissau liberation struggle war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation. *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol.14, n.º 3, pp. 361-377

Macamo, E. (2016). *Sociologia prática. Como alguns sociólogos pensam*. Maputo: Imprensa universitária.

Mendy, P.K. (2011). Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In C. Lopes (Org.), *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: UNESP.

Gaybor, T. N. (2011). *Sorces orales. Histoire africaine*. Paris: L'Harmattan.

Oyēwùmí, O. (1997/2007). *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género* (A. Montelongo Gonzalez, Trad.). Bogotá: Editorial en la frontera.

Oyěwùmí, O. (2005). Visualizing the body: Western theories and the African subject. In O. Oyěwùmí (Ed.), *African Gender Studies. A reader* (pp. 3-21). Hampshire: Palgrave Macmillan.

Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Urdang, S. (1979). *Fighting two colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. New York: Monthly Review Press.